

APCEF/SP - ASSOCIAÇÃO DE PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL SÃO PAULO

CONSELHO DELIBERATIVO

ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM 23.02.2018

Pauta:

1. Informes:
 - 1.1. Administrativos;
 - 1.2. FUNCEF;
 - 1.3. Saúde Caixa;
 - 1.4. Gerais.
2. Novo Estatuto da Caixa;
3. Cotidiano Caixa e Conjuntura.

Constatado o quórum regimental, o Sr. Presidente do Conselho Deliberativo **Ivan Furtado** saudou os participantes dando início à reunião. A presente reunião contou com a presença dos **Conselheiros(as)**: Ivan Furtado, Jair Marciéri Pimpinato, Antônia Pinheiro, Sérgio Soares da Costa, Laercio Rosa da Silva, Marcelo Lopes de Lima, Tiago Oliveira do Livramento, Ana Beatriz Lucato Cianflone, Luiza Hansen Arruda dos Santos, Moacir Vendrame Bassan, Edson Aparecido de Carvalho Junior, Wilson Aparecido Ribeiro, Vinicius de Oliveira, Laércio da Silva Pereira, Odineide Gaspar da Silva, Valtair Aparecido Rosaboni, Sérgio Rodrigues, Carlos Alberto da Fonseca, Evanildo Pereira de Souza, Thiago de Oliveira Mendonça, Maria Aparecida Brandão Queiroz, Haydee Alves Martignoni, Sérgio Hideo Kaneko, Gilberto Macedo, James Tadeu Batalha de Goes, Carlos Eduardo Bighetti de Oliveira, Daltro Marques Junior, Dinilza Nascimento Correia, Maricy Yolanda Callegari Defavari, do Diretor Administrativo-Financeiro **Leonardo dos Santos Quadros**, da Superintendente **Vanice Rodrigues Carvalho** e do Economista da subseção do DIEESE, APCEF/SP e FENAE **Valmir Gongora**.

Em seguida o Sr. Presidente **Ivan Furtado** solicitou aos Conselheiros que fosse votada a Ata da Reunião anterior realizada em 24 de novembro de 2017, sendo aprovada por unanimidade.

Na sequência foi apresentada pelo Secretário **Jair Marciéri Pimpinato** a pauta da presente reunião, sendo referendada pelos Sr. (as) Conselheiros (as):

1. Informes:

1.1. Informes Administrativos;

Com a palavra a Sra. **Vanice Rodrigues Carvalho** que discorreu sobre os eventos já programados:

- 23.02 - APCEF nos Passos da Cultura, tour pelo centro novo de São Paulo;
- 23.02 - Último dia de inscrição para a Faculdade Aberta à Maturidade;
- 03.03 - Palestra sobre o Programa de Desligamento de Empregado (PDE) na sede da APCEF/SP;
- 03 e 04/03 - Primeira seletiva para os Jogos Nacionais (entre 14 e 21 de julho), no clube;
- 06.03 - Abertura de Reservas para o mês de maio;
- 09.03 - APCEF Portas Abertas, saúde e bem-estar na sede;
- 16 a 18/03 - Excursão para Suarão, com tributo à Gonzaguinha;

- 21.03 - Reunião do Conselho de Usuários do Saúde Caixa;
- 24.03 - APCEF nos Passos da Cultura, tour pelo centro velho de São Paulo;
- 25.03 - Primeira seletiva para os Jogos Nacionais, no clube;
- 02 a 04/04 - 1º turno do processo eleitoral FUNCEF (Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal);
- 10 a 14.04 - Excursão para Avaré, Autoconhecimento e Equilíbrio;
- 16 a 18.04 - 2º turno do processo eleitoral FUNCEF.

1.2. Informes FUNCEF

O Sr. **Valmir Gongora** (empregado aposentado da Caixa, ex-Presidente da APCEF/SP, atualmente Economista da subseção do DIEESE/APCEF-SP/FENAE) atualizou as informações sobre a FUNCEF:

Destinação de recursos - das contribuições recolhidas por participantes e patrocinadora, parte é devida à FUNCEF pelo seu serviço de administração dos planos. O restante é destinado a ativos de investimentos ou aplicações financeiras para formação de reservas, fundo para benefícios de risco e saldos de contas.

Política de investimentos - (margens mínimas e máximas) é definida a cada exercício pelo Conselho Deliberativo com base em proposta da Diretoria Executiva. Comitês de assessoramento têm, na prática, pouca interferência na denominada “macroalocação de recursos”. A FUNCEF tem elevado a aplicação em renda fixa, especialmente títulos públicos. Consequentemente, reduz-se a exposição em renda variável e estruturados. O segmento imobiliário se encontra acima do limite legal. Operações com participação bem abaixo do limite (margem consignável).

A seguir, passou-se à apresentação de algumas tabelas, esclarecendo que se referem aos resultados computados até o mês de outubro de 2017:

Ativos de investimentos (consolidado)					
Ativo líquido Segmento	dezembro de 2016		outubro de 2017		
	Em mil R\$ proporção		Em mil R\$ proporção rentabilidade		
Renda fixa	34.373.959	60,84%	R\$ 35.062.358	59,0%	7,24%
Renda variável	11.732.147	20,60%	R\$ 12.945.053	21,8%	9,60%
Investimentos estruturados	4.031.566	5,29%	R\$ 4.002.964	6,7%	9,03%
Investimentos imobiliários	5.185.022	9,22%	R\$ 5.173.864	8,7%	6,10%
Operações com participantes	2.272.562	4,04%	R\$ 2.166.379	3,6%	9,36%
Depósitos judiciais/recursais	39.015		R\$ 42.414		
Outros	5.040		R\$ 601		-
Total do Consolidado	57.639.311		59.393.633		7,81%

Fonte: FUNCEF - balancete de outubro de 2017
Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

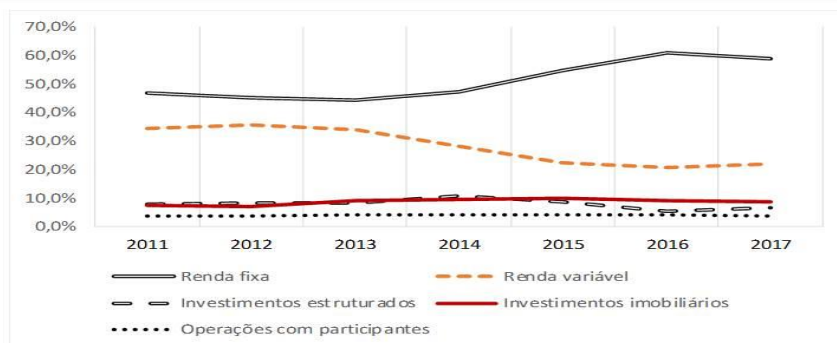
Ativos de investimentos REG/REPLAN Saldado e Não Saldado

Segmento	REG/REPLAN Saldado	proporção	REG/REPLAN Não Saldado	proporção
Renda fixa	R\$ 22.587.634	56,1%	R\$ 2.691.028	56,8%
Renda variável	R\$ 8.910.464	22,1%	R\$ 1.165.860	24,6%
Investimentos estruturados	R\$ 3.014.394	7,5%	R\$ 322.176	6,8%
Investimentos imobiliários	R\$ 4.558.299	11,3%	R\$ 488.088	10,3%
Operações com participantes	R\$ 1.171.658	2,9%	R\$ 70.340	1,5%
Depósitos judiciais/recursais	R\$ 37.538	0,1%	R\$ 3.932	0,1%
Outros	R\$ 404	0,0%	R\$ 177	0,0%
Total	R\$ 40.280.391		R\$ 4.741.601	

Ativos de investimentos Novo Plano e REB

Segmento	Novo Plano	proporção	REB	proporção
Renda fixa	R\$ 8.570.046	69,2%	R\$ 1.126.665	59,5%
Renda variável	R\$ 2.413.721	19,5%	R\$ 455.008	24,0%
Investimentos estruturados	R\$ 536.242	4,3%	R\$ 130.152	6,9%
Investimentos imobiliários	R\$ 64.008	0,5%	R\$ 63.469	3,4%
Operações com participantes	R\$ 807.914	6,5%	R\$ 116.467	6,2%
Depósitos judiciais/recursais	R\$ 395	0,0%	R\$ 549	0,0%
Outros	R\$ -	0,0%	R\$ 20	0,0%
Total	R\$ 12.392.326		R\$ 1.892.331	

Aplicação de recursos (consolidado)



Rentabilidade e meta até outubro de 2017

Plano	taxa de juros ⁽¹⁾		INPC	TMA ⁽²⁾	Rentabilidade
	meta para o ano de 2017	período jan/out 2017	acumulado jan/out 2017	período jan/out 2017	
REG/REPLAN Saldado	5,51%	4,57%	1,62%	6,26%	6,94%
REG/REPLAN Não Saldado	5,56%	4,61%		6,31%	7,82%
REB	5,41%	4,49%		6,18%	10,14%
Novo Plano	5,51%	4,57%		6,26%	10,47%

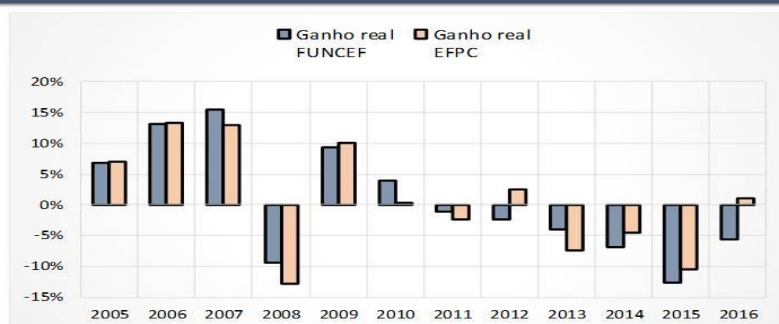
Fonte: FUNCEF - balanço de outubro de 2017

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

(1) Igual a 10/12 avos da taxa anual

(2) Taxa Mínima Atuarial - valorização a ser alcançada, produto de taxa de juros x INPC

Rentabilidade: FUNCEF e Sistema EFPC



Deficits

Resumo dos resultados - outubro de 2017

déficit por plano (em mil R\$)	(a) Acumulado 2016	(b) Até outubro 2017	(c) Equacionado 2017	acumulado (a+b+c)
REG/REPLAN Saldado	(10.388.137)	(591.375)		(10.979.512)
REG/REPLAN Não Saldado	(1.908.036)	62.147	850.999	(994.890)
REB	(16.686)	2.438		(14.248)
Novo Plano	(121.922)	35.758		(86.164)
Novo Plano PMPP (*)	(43.506)	(3.761)		(47.267)
Total	(12.478.287)	(494.793)	850.999	(12.122.081)

Fonte: FUNCEF

Elaboração: DIEESE Subseção APCEF São Paulo

(*) Grupo de aposentados com pagamentos de responsabilidade da Caixa

Equacionamento Saldado: contribuições extraordinárias

- Equacionamento Saldado: aplicado sobre o benefício mensal ou benefício calculado do plano:
 - 2014 – 2,78%
 - 2015 – 7,86%
 - 2016 - 9,59%
 - Total: 20,23%

Equacionamento REG/REPLAN Não Saldado - ativos

Participante ativo - salário de contribuição R\$ 8.000,00				
tabela participante ativo - parte participante ⁽¹⁾			Contribuição do participante ⁽²⁾	Proporção do salário ⁽³⁾
referência	alíquota	parcela a deduzir		
Contribuição normal	13,92%	R\$ 560,06	R\$ 553,54	6,92%
Extraordinária 2015	13,14%	R\$ 528,73	R\$ 522,47	6,53%
Extraordinária 2016	8,75%	R\$ 351,88	R\$ 348,12	4,35%
desconto total			R\$ 1.424,13	17,80%

tabela participante ativo - parte Caixa ⁽¹⁾			Contribuição da Caixa	Proporção do salário ⁽²⁾
referência	alíquota	parcela a deduzir		
Contribuição normal	13,92%	R\$ 560,06	R\$ 553,54	6,92%
Extraordinária 2015	9,26%	R\$ 372,34	R\$ 368,46	4,61%
Extraordinária 2016	5,34%	R\$ 214,81	R\$ 212,39	2,65%
desconto total			R\$ 1.134,39	14,18%

Nota (1): tabela para salários superiores ao teto do INSS, R\$ 5.645,80 em fevereiro de 2018

Nota (2): Contribuição = (salário x alíquota) - parcela a deduzir

Nota (3): proporção = (contribuição ÷ salário de contribuição)

Equacionamento REG/REPLAN Não Saldado – aposentados e pensionistas

Participante aposentado ou pensionistas - suplementação R\$ 6.000,00				
tabela aposentado ou pensionista - parte participante ⁽¹⁾			Contribuição do participante ⁽²⁾	Proporção da suplementação ⁽³⁾
referência	alíquota	parcela a deduzir		
Contribuição normal	13,92%	R\$ 560,06	R\$ 275,14	4,59%
Extraordinária 2015	27,50%	R\$ 1.106,29	R\$ 543,71	9,06%
Extraordinária 2016	17,82%	R\$ 716,99	R\$ 352,21	5,87%
desconto total			R\$ 1.171,06	19,52%

tabela aposentado ou pensionista - parte Caixa ⁽¹⁾			Contribuição da Caixa ⁽²⁾	Proporção do salário ⁽²⁾
referência	alíquota	parcela a deduzir		
Contribuição normal	13,92%	R\$ 560,06	R\$ 275,14	4,59%
Extraordinária 2015	19,38%	R\$ 779,68	R\$ 383,12	6,39%
Extraordinária 2016	10,88%	R\$ 437,70	R\$ 215,10	3,59%
desconto total			R\$ 873,36	14,56%

Nota (1): tabela para suplementação (benefício descontado o INSS) superior ao teto do INSS, R\$ 5.645,80 em fevereiro de 2018.

Nota (2): contribuição = (suplementação x alíquota) - parcela a deduzir

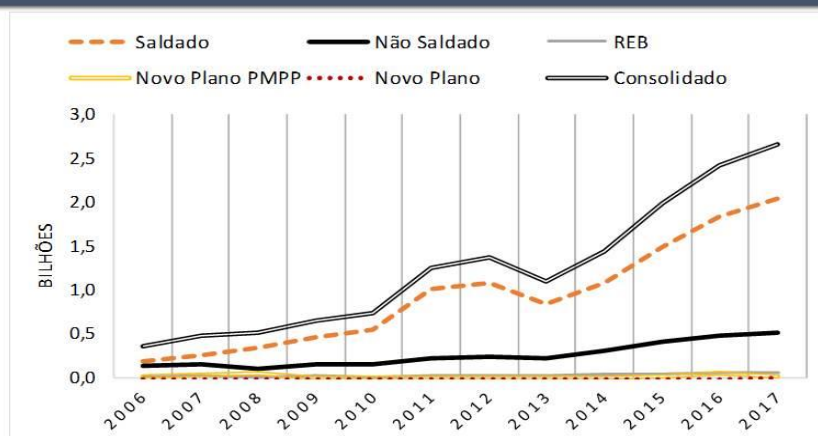
Nota (3): proporção = (contribuição ÷ suplementação)

FUNCEF: contencioso perda provável e possível – outubro de 2017

Perda provável (em mil R\$)	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REB	Novo Plano PMPP	Novo Plano	Consolidado out2017	Consolidado 2016	variação 2016-2017
Previdencial	1.901.082	506.449	59.923	22.145	-	2.489.599	2.262.660	10,03%
Investimentos	149.631	15.955	2.039	-	1.852	169.477	158.016	7,25%
Administrativo	-	-	-	-	-	9.415	8.962	5,05%
Total	2.050.713	522.404	61.962	22.145	1.852	2.668.491	2.429.638	9,83%

Perda possível (em mil R\$)	REG/REPLAN Saldado	REG/REPLAN Não Saldado	REB	Novo Plano PMPP	Novo Plano	Consolidado out2017	Consolidado 2016	Variação
Previdencial	12.282.978	1.697.470	760.093	19.507	913	14.760.961	12.006.426	22,94%
Investimentos	688.754	78.555	15.055	-	32.913	815.277	769.192	5,99%
Administrativo	-	-	-	-	-	1.403	1.560	-10,06%
Total	12.971.732	1.776.025	775.148	19.507	33.826	15.577.641	12.777.178	21,92%

Contencioso 2006-2017



O Sr. **Valmir Gongora** complementou a apresentação informando que está previsto para o mês de março a apresentação do balanço anual.

1.3. Saúde Caixa

O S.r. **Leonardo dos Santos Quadros**, diretor da APCEF/SP iniciou sua apresentação comentando a resolução nº 23 da CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e Administração de Participações Societárias da União) que estabelece diretrizes e parâmetros para o custeio dos planos de saúde das estatais. Hoje o formato de custeio consiste na divisão dos gastos assistenciais na proporção de 30% para os empregados e 70% para a Caixa, não há teto para os gastos, não há carência, são previstos dependentes o cônjuge, companheiro (a), pais, filhos, enteados e menores sob tutela/curatela, as condições do plano são previstas no acordo coletivo de trabalho e sua manutenção é garantida após a aposentadoria. Com a resolução CGPAR, a empresa deverá desembolsar, no máximo 50% do total de despesas do plano (limitado ao teto de gastos). O teto de gastos é apurado baseado na razão entre o desembolso da empresa com assistência à saúde no ano anterior e o total de folha de pagamento e proventos acrescido de 10%, não há manutenção após a aposentadoria, exclui como dependentes os pais e os filhos com idade acima de 24 anos, haverá carência e as condições do plano não são explicitadas no acordo coletivo de trabalho. Os empregados da Caixa já haviam sido surpreendidos com a aprovação do novo Estatuto, em 19 de janeiro que estabeleceu limite de 6,5% da folha de pagamento e proventos para as despesas assistenciais e administrativas. No ano de 2016, o teto de gastos ficou em aproximadamente 5,5% da folha de pagamento.

O Saúde Caixa, desde sua implantação em 2004, no atual modelo de custeio, sempre apresentou superávit, acumulando saldo positivo de mais de R\$ 700 milhões. No atual plano de saúde, a contribuição é de 2% sobre a renda do participante. Na resolução da CGPAR, será levado em conta a idade do empregado, a quantidade de dependentes e outros fatores e sua implementação que deverão ser feitas em até 48 meses.

A Caixa tentou implantar as novas condições no plano de saúde, mas devido ao acordo coletivo de trabalho assinado em 2016 com validade até 31 de agosto de 2018, a FENAE juntamente com a CONTRAF obteve liminar suspendendo as alterações. Previsto o julgamento da liminar para o final de maio.

E assim, este governo ilegítimo do Temer vai eliminando os direitos conquistados a duras penas pelos trabalhadores.

1.4. Informes Gerais

Proposta em que os itens **Cotidiano Caixa** e **Conjuntura** fossem agregados em **Informes Gerais**, foi aprovada por todos os Conselheiros (as).

Na sequência, aberta inscrições para manifestações:

Sérgio Soares da Costa - Constatou em seu local de trabalho, alguns saques de FGTS através de acordo de demissão firmado entre empresa e empregado, notadamente em pequenas escolas particulares que, após terem mudado o CNPJ, recontrata os trabalhadores nas novas condições da atual reforma trabalhista, tudo indicando tratar-se de trabalho intermitente.

Wilson Aparecido Ribeiro - Estamos atrasados em relação aos debates que deveríamos estar fazendo, visto na base as pessoas não tem tido clareza sobre os temas FUNCEF e Saúde Caixa, sobre a possibilidade de o FGTS voltar a ser gerido pelos bancos privados.

Solicita à direção da APCEF que seja promovido Seminários abertos para debater essas questões e como também, com o avanço da tecnologia (revolução industrial 4.0) acabará por afetar nossa categoria (mudança no atendimento físico feito nas unidades, para atendimento on-line).

Jair Marciéri Pimpinato - Foi informado que, em número significativo, os vigilantes da empresa Essencial estão sendo demitidos por justa causa (motivo falta de postura) e que estão sendo orientados pelo seu sindicato, a não mover ação trabalhista, pois caso percam, terão que arcar com as custas processuais.

Antônia Pinheiro - Informou sobre o lançamento do livro “Três Poderes e Sociedade no Brasil” dentro da série Cidadania e Política na Oficina Municipal (Rua Pe. Garcia Velho 73, Pinheiros, São Paulo/SP) no dia 28 de fevereiro de 2018, no horário das 19:00 às 22:00 horas. O livro será entregue graciosamente, mediante reserva pelo telefone (11) 3032-4330.

Laercio Rosa da Silva - A falta de informação por ocasião da liberação do FGTS código 07 (através de acordo empresa/empregado) em que o empregado Caixa, erroneamente disponibiliza o valor total, está acarretando processo administrativo com a consequente responsabilização.

Sérgio Soares da Costa - Devido a não necessidade de homologação, junto ao sindicato da categoria, notaram-se várias fraudes em detrimento ao trabalhador, que tendo sido demitido sem justa causa, tem em seu termo de rescisão, lançado o código como acordado entre as partes.

Encerrando os informes, na sequência foi apresentada pelo Conselheiro **Laercio da Silva Pereira** moção de repúdio à intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro:

“O Governo Temer decidiu no dia 10 de fevereiro de 2018 decretar intervenção Federal Militar na área de segurança do Estado do Rio de Janeiro. A alegação é o aumento da violência no Estado, notadamente no período do carnaval. Na verdade, a repressão contra a população pobre e negra irá aumentar, pois a lógica de guerra aplicada à segurança pública tem os olhos voltados para a periferia, que já apresenta índices de assassinatos praticados pela polícia que se comparam a uma verdadeira guerra civil.

A guerra às drogas, como parte da política de combate à violência, não será solucionada. Terminada a ocupação e mantidas todas as outras condições de crise social do Estado, o que surgirá é outro cartel rival que se beneficiará das mazelas que a degradação das condições de vida estabelece. Usar o exército para ocupar favelas é inaceitável. A própria crise da Polícia Militar do Rio de Janeiro tem demonstrado que o convívio de policiais com o narcotráfico tem tido um efeito corruptor.

Dessa forma, tal prática ilícita, movimentando bilhões de reais, se ramifica por outros setores que se incumbem da lavagem do dinheiro que, legalizado, é transferido aos bancos, servindo ainda para corromper políticos e setores dos governos, do judiciário e dos próprios órgãos de segurança”.

2. Novo Estatuto da Caixa

Com a palavra, os participantes da reunião:

Ivan Furtado - A Caixa hoje só não tem S/A em sua denominação, embora seja regida pelos regulamentos das sociedades anônimas. Em uma S/A o acionista tem plenos poderes de ingerência na sociedade e na Caixa a união (única acionista) tudo pode. A Assembleia Geral constituída pelo controlador único é o órgão com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto, sendo convocada pelo Conselho de Administração. O Conselho de Administração com atribuições estratégicas, orientadoras e fiscalizadoras, responsável por definir diretrizes e objetivos empresariais e por monitorar e avaliar os resultados da empresa é o órgão de decisão colegiada e de orientação geral dos negócios da Caixa. É composto por oito conselheiros eleitos pela Assembleia Geral, a saber: cinco indicados pelo Ministro da Fazenda, o Presidente da Caixa como membro nato, um conselheiro indicado pelo Ministro do Planejamento e um conselheiro representante dos empregados.

Leonardo dos Santos Quadros - Relatou que no final do ano de 2017, foi encaminhado ao Congresso o Projeto de Lei 255/2017 no Senado Federal, em que alterava o estatuto das empresas estatais federais, estaduais e municipais, transformando-as em sociedades anônimas com abertura de capital. O projeto original não foi aprovado, mas teve alguns itens importantes aprovados. As estatais passaram a ter o Conselho de Administração como órgão supremo o que em tese, terá a incumbência de negociar o acordo coletivo de trabalho. Quando da publicação do estatuto e para cumprir o acordo de Basileia 3, a Caixa precisaria ter um capital de R\$ 45 bilhões, sendo o capital integralizado de R\$ 30 bilhões, necessitaria de um aporte de R\$ 15 bilhões. Como a negociação com

o FGTS não foi autorizada, outras opções estão surgindo como a venda de créditos, não repasse do lucro ao tesouro nacional, venda da lotex, etc.

Luiza Hansen Arruda dos Santos - Tendo em vista alterações no estatuto da Caixa e modificações em nosso plano de saúde, há uma certa tendência em a Caixa deixar de participar da mesa única o que acarretará muita dificuldade em nossas futuras negociações.

Leonardo dos Santos Quadros - O acordo assinado em 2016 é válido até 31 de agosto de 2018 após o que deixará de existir, não havendo mais a figura da ultratividade. Dessa forma torna-se imprescindível que novo acordo seja firmado até o final de agosto, ou seja, negociado entre as partes um adendo prorrogando a cláusulas do acordo anterior.

Wilson Aparecido Ribeiro - A Caixa devido ao seu tamanho provoca reação dos demais agentes financeiros que pressiona o governo que tende a proceder ao desmonte da instituição, através de seu enfraquecimento. É intenção do governo que a Caixa opere, minimamente ou que seja privatizada. Nos dois casos haverá reflexo negativo para a sociedade e para os empregados. Outra ação equivocada da empresa foi a implantação do bônus para os gestores o que incentiva a disputa pelo atingimento de metas, fortalecendo a meritocracia. Devido a sua natureza, a Caixa teria que ter como meta o bom atendimento aos clientes e à população. Para que tenhamos resultado satisfatório urge ampliarmos o debate, também envolvendo outras categorias numa frente de luta contra esse desgoverno.

Laercio da Silva Pereira - O debate nos mostra que a resposta é política. A unificação com outras categorias estatais nos beneficiará. O debate é ideológico e deve ter sua fórmula alterada, a política neoliberal vem se firmando há tempos, há vários governos. Ideologicamente ganhamos a batalha contra a reforma da previdência. Implementar as resoluções tiradas na reunião de Delegados Sindicais ocorrida em janeiro, notadamente a realização de assembleias convocadas envolvendo maior número de pessoas, organizando a base.

Leonardo dos Santos Quadros - A adaptação à lei das estatais tem causado muitos problemas junto às empresas públicas. Na Caixa, desmonte; no BNDES, capital dividido em ações; na Petrobras, restrição em operar em determinadas áreas. Na mídia deparamos com notícias nada favoráveis, com campanhas para enfraquecimento de nossa empresa. A campanha em defesa da Caixa continua. Lançamento do comitê estadual dos empregados da Caixa em janeiro, em defesa do fortalecimento de nossa empresa 100% pública, para continuar a prestar serviços essenciais à comunidade.

Tendo concluído os assuntos pautados nesta reunião, registramos as ausências devidamente justificadas:

Daniel Cortinhas
José Roberto Batista Ferreira
Kleber Hamada Sato
Leandro Tadashi Abe
Marcus Vinicius Ramalho
Normando Kleber Xavier Alves
Silas Henrique da Silva
Sônia Maria Siqueira da Silva Oliveira

Nada mais havendo a ser abordado, deu-se por encerrada a reunião e finalizada a redação da presente ata, que segue assinada por

JAIR MARCIÉRI PIMPINATO
Secretário do Conselho
Deliberativo APCEF/SP

SÉRGIO HIDEO KANEKO
Vice-Presidente do Conselho
Deliberativo APCEF/SP

IVAN FURTADO
Presidente do Conselho
Deliberativo APCEF/SP